

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e três

Estiveram presentes à reunião: Dr. Adail de Almeida Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Sr. Afonso Basílio Jr., representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCAMP; Sra. Edna Franco de Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Ercindo Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Sr. João Olímpio Santana Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Luiz Antonio de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sul; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Sra. Márcia Castagna Molina, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Dra. Maria do Carmo Carpintéro, Secretária Municipal de Saúde e Presidente do Conselho; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Sr. Nélio José de Carvalho, representante dos prestadores de serviço não hospitalares; Sra. Rosalina de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Dra. Tereza de Jesus Martins, representante dos serviços de saúde municipais; Sra. Vera Lúcia Araújo, representante do Movimento Sindical; Dr. Adilson Rocha Campos, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde; Dr. Fernando Antonio B. de Carvalho, representante suplente dos hospitais filantrópicos; Sr. José Augusto de Melo, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho. Justificaram ausência: Dr. Carlos Alberto Politano, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. Gustavo Moreno Frias, representante do Movimento Sindical; Sr. Irany Mendes de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. João Paulo Ribeiro, representante do Movimento Sindical; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos hospitais não filantrópicos; Sra. Rosângela Pedrettes de Oliveira, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sra. Wanderli Ap. D. Loro, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste. Faltaram: Sr. Adalto Inácio Anunciação, representante do Movimento Popular de Saúde; Dr. Antonio César Paulino de Cillo, representante da PUCAMP; Sra. Cristina Rodrigues da Silva, representante do Movimento Popular de Saúde; Dr. Idival Fantinatto, representante das entidades de classe; Dr. Ivan F.C. Toro, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. João Carlos Lourenço, representante do Movimento Sindical; Sr. Marcos Silveira, representante das entidades patronais; Dr. Paulo Eduardo M.R. da Silva, representante da UNICAMP; Sr. Renato Souza Santos, representante das associações de aposentados.

A pauta da reunião constou dos seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião de 27.08.03; 2) Correspondência recebida; 3) Hospital Mário Gatti: Reformas previstas no OP – Ambulatório e Pronto Socorro Infantil; Reestruturação da radioterapia; Integração do Hospital ao Sistema de Urgência/emergência – repasse do governo estadual; - Projetos a serem encaminhados ao Ministério da Saúde; 4) Programa de Expansão do Saúde da Família – PROESF; 5) Programação de Epidemiologia e Controle de Doenças (PPI-ECD); 6) Situação financeira da Secretaria Municipal de Saúde; 7) Informes.

Dra. Maria do Carmo iniciou a reunião colocando em votação a ata de 27.08, que foi aprovada pelos presentes. Em seguida passou a palavra à Sra. Sílvia para que fizesse a leitura da correspondência recebida. Sra. Sílvia comunicou o recebimento de solicitação de afastamento temporário, por motivo de saúde, da Sra. Wanderli, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste. Informou que estaria sendo realizado outro curso de capacitação de conselheiros, onde o município de Campinas contaria com 13 vagas, devendo os interessados manifestar seu interesse. Outra correspondência foi o convite para que os conselheiros participassem do III Encontro de Conselheiros e Conselheiras Municipais de Campinas, a ser realizado no dia 04.10, das 8 às 12 horas, no Salão Vermelho, evento esse que faz parte do Congresso da Cidade – eixo de Participação Popular, Democratização e Papel do Estado. Convidou a todos para a Abertura Oficial da 1ª Semana Municipal de Saúde da Mama, a ser realizada no dia 30.09, às 18:30 horas, no Salão Vermelho. Sra. Sílvia lembrou aos presentes que no dia 27.09, na Estação Cultura, estaria sendo realizada a Plenária Municipal de Saúde, etapa preparatória à 12ª Conferência Nacional de Saúde e Temática da Saúde para o Congresso da Cidade, ocasião em que estariam sendo eleitos os delegados de Campinas para a Plenária Regional (40 usuários, 20 trabalhadores de saúde e 20 gestores). Informou também que nos dias 24 e 25 de outubro estaria sendo realizado o 1º Encontro Paulista de Educação Popular e Saúde, na Escola Municipal de Cultura e Arte – Estação Cultura. Dra. Maria do Carmo reforçou a importância da participação de todos na Plenária Municipal, por ser o fórum de discussão não só das questões relativas ao município, mas também propostas para a Saúde no Brasil nos próximos anos. Solicitou aos presentes que divulgassem a realização do evento para o maior número de pessoas possível. Passando à pauta propriamente dita, solicitou à Sra. Sheila, que fizesse a apresentação dos termos aditivos ao convênio com o Hospital Mário Gatti. O primeiro deles era referente à reforma do Ambulatório de Especialidades, obra que já está sendo realizada, pois foi prevista no Orçamento Participativo de 2002, com valor de R\$ 510.000,00, com vigência de 3 meses. O segundo Termo Aditivo era referente à reestruturação e readequação do serviço de radioterapia, com valor de R\$ 250.000,00, com vigência de 3 meses. Outro Termo Aditivo era referente à reforma do Pronto Socorro Infantil, também prevista no OP de 2002, no valor de R\$ 670.690,00, com vigência de 10 meses. O último referia-se à participação do Hospital Mário Gatti no programa de regulação médica de assistência para a área de Urgência / Emergência, repasse esse a ser realizado pela Secretaria de Estado da Saúde no valor de R\$ 15.400,00, com vigência de 6 meses, sendo que os recursos deverão ser utilizados exclusivamente na compra de materiais. Dra. Maria do Carmo solicitou que fosse esclarecido aos conselheiros a razão de haver necessidade da aprovação dos Termos Aditivos, já que os recursos estavam previstos no OP. Dr. Adilson explicou que a única forma possível da Secretaria repassar os recursos ao hospital é através de Termos Aditivos ao convênio, mediante aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Não havendo nenhum inscrito para esclarecimentos, Dra. Maria do Carmo colocou os Termos Aditivos em votação, tendo sido todos aprovados por unanimidade. Em seguida, passou a palavra ao Dr. Adail, para que ele fizesse a apresentação dos projetos a serem encaminhados ao Ministério da Saúde, conforme vinha sendo feito nas reuniões anteriores. Dr. Adail esclareceu que os projetos em sua essência já haviam sido aprovados em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de 25.07.2001 e já enviados ao Ministério da Saúde, porém não tinham sido contemplados. Esclareceu ainda que, para sua reapresentação, tinha sido feita a atualização dos valores e que contemplavam as deliberações da 6ª Conferência Municipal de Saúde de Campinas. Apresentou, a seguir, a síntese do objeto dos projetos e seus respectivos valores, conforme documento encaminhado aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva: 1) Adequação tecnológica para o Centro Cirúrgico e Neurocirurgia – R\$ 1.400.000,00, com contrapartida de R\$ 280.000,00; 2) Aquisição de Equipamentos para UTI Adulto e Pediátrica – R\$ 1.064.760,00, com contrapartida de R\$ 212.952,00; 3) Ampliação da informatização do Hospital – R\$ 569.220,00, com contrapartida de R\$ 113.844,00; 4) Humanização e melhoria da qualidade de atenção aos PS Adulto e Infantil – R\$ 500.000,00, com contrapartida de R\$ 500.000,00; 5) Reforma interna e instalação e adequação do PS Infantil – R\$ 836.263,50, com contrapartida de R\$ 167.252,70; Total Geral – R\$ 4.370.243,50, com contrapartida de R\$ 874.048,70. Respondendo a questionamento feito pelo Sr. João Olímpio, Dra. Maria do Carmo colocou que caso fossem aprovados os projetos, os recursos seriam utilizados exclusivamente na sua execução, pois essa é a norma do Ministério. Com relação aos recursos do OP declarou que só serão utilizados nas prioridades definidas pela população, através do Conselho do Orçamento Participativo. Colocados em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade. O próximo ponto da pauta era a discussão sobre o Programa de Expansão do Saúde da Família – PROESF. Dr. Roberto colocou que o objetivo do programa, como o próprio nome diz, era auxiliar os municípios na expansão do Saúde da Família, programa esse que teria vigência de 7 anos, a contar de 2003, em 3 fases de implantação: fase 1 – 2003/2004; fase 2 – 2005/2006; fase 3 – 2007/2008. Os recursos serão provenientes do Banco Mundial (50%) e do Governo Federal (50%), devendo o município de Campinas receber, ao longo do período, um total de US\$ 2 milhões, distribuídos em 3 componentes: Apoio à Conversão do Modelo de Atenção Básica de Saúde; Desenvolvimento de Recursos Humanos; Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica. Os recursos serão recebidos através de desembolsos trimestrais “Fundo a Fundo”, com liberação de parcelas condicionada ao cumprimento de metas dos indicadores. Dr. Roberto esclareceu que se aterá à apresentação da fase 1, cuja proposta era a seguinte: Para 2003 - **Modernização Institucional** - Desenvolvimento de Protocolos de Atendimento (consultoria); Desenvolvimento de Ferramentas para Avaliação de Desempenho (consultoria); - **Adequação da Rede de Serviços** - Aluguel DIC I, São Cristóvão e CETS; Instalação DIC I e São Cristóvão; Reforma Ipaussurama, Paranapanema e Almoarifado; 05 Projetos de engenharia. Para 2004 - **Modernização Institucional** - Continuidade 2003 – consultorias; Implementação de instrumentos de pesquisa sobre satisfação do usuário, satisfação dos trabalhadores e de monitoramento da participação popular; Material para comunicação social e educação em saúde; - **Adequação da Rede de Serviços** - Aluguel Módulo do DIC III, DIC I, São Cristóvão, CETS, Itatinga, Santa Rosa; Reforma do CDHU, Módulo do DIC III, São Domingos, Itatinga, Santa Rosa, Floresta.; Aquisição de Equipamentos; Elaboração de projetos de engenharia; - **Sistemas de Avaliação e Informação** - Cadastro do CAD SUS; - **Capacitação e Supervisão** - Capacitação de Recursos Humanos. O valor referente a essa fase é de R\$ 1.303.001,00, sendo R\$ 295.000,00 em 2003 e R\$ 1.008.002,00 em 2004. Dr. Roberto explicou que os Projetos Municipais deverão contemplar ações e recursos para serem executados até dezembro de 2008, distribuídos da seguinte forma: Fase 1 - 20% dos recursos (Out/03 a Dez/04); Fase 2 - 48% dos recursos (Jan/05 a Dez/06); Fase 3 - 32% dos recursos (Jan/07 a Dez/08). Terminada a apresentação, foi aberta a palavra aos presentes para esclarecimentos. Sra. Edna solicitou a inclusão do CS Valença no projeto por considerar que a reforma realizada não contemplou todas as necessidades do serviço. Sr. João Olímpio questionou o fato do CS Tancredão novamente não ter sido contemplado nesse projeto. Sr. Ercindo perguntou se o recurso previsto para material de comunicação era para comunicação geral ou temática específica. Dra. Maria do Carmo esclareceu que foi firmado contrato de manutenção para pequenos reparos nas Unidades, sendo essa a razão do CS Tancredão não ter sido incluído no PROESF. Esclareceu também que essas obras serão realizadas com verba prevista no OP do ano passado. Com relação à sugestão da Sra. Edna, considerou ser possível a inclusão na próxima fase do projeto, embora deva haver uma readequação naquela região devido à inauguração do CS Itajaí e reforma do CS Floresta. Com relação à pergunta do Sr. Ercindo, Dr. Roberto explicou que o recurso poderia ser utilizado tanto para comunicação geral quanto específica. Colocados em votação, o projeto municipal de adesão ao PROESF foi aprovado por unanimidade. O próximo ponto da pauta era a discussão sobre a Programação Pactuada Integrada de Epidemiologia e Controle de Doenças (PPI-ECD), conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros. Sra. Salma lembrou que na reunião anterior havia sido feita a discussão dos Indicadores da Atenção Básica e que a PPI-ECD era referente às ações a serem realizadas que possibilitam atingir aqueles indicadores. Colocou que, já que os conselheiros haviam recebido a planilha detalhada, ao invés de apresentá-la novamente, estaria explicando o significado de cada um dos grupos que a compõem, quais sejam: notificação; investigação ambiental e diagnóstico laboratorial; vigilância ambiental – controle da água; vigilância de doenças transmitidas por vetores, como dengue, raiva; controle de doenças, como tuberculose e leishmaniose tegumentar americana; imunização; monitorização de agravos relevantes; sistemas de informação; educação em saúde e mobilização social. Após a apresentação, foi aberta a palavra aos presentes para esclarecimentos. Dr. Adail reforçou a importância da sistematização de pactuação entre os níveis de governo, garantindo a responsabilidade com as doenças e o rol de ações necessárias. Respondendo a questionamento feito pelo Sr. Luiz Antonio, Sra. Salma colocou que, com relação à dengue, a grande maioria dos casos pode ser diagnosticada e tratada pelo Centro de Saúde, além do desenvolvimento de todas as ações necessárias, diferente da meningite, que depende muito do atendimento hospitalar. Sra. Alóide perguntou porque a pactuação sobre a notificação negativa de paralisia flácida e sarampo era menor que a de 2002. Sra. Salma esclareceu que houve mudança na fórmula de cálculo, mas que continua havendo incentivo aos serviços para fazerem a notificação da inexistência de casos. Em resposta ao questionamento do Sr. Nélio sobre o fato da vacinação contra hepatite ser somente para população de até 19 anos, explicou como se deu a introdução da vacina no calendário oficial, ou seja, em primeiro lugar para os pacientes expostos a maior risco (exemplo: pacientes de hemodiálise, transplantados), depois para profissionais de saúde que trabalhavam em centro cirúrgico, hemodiálise. Depois disso, foi ampliada para a rede, onde eram vacinadas as crianças menores de um ano, culminando com a vacinação até 19 anos. Após essa idade, a vacinação é feita para comunicantes e pessoas expostas a maior risco. Respondendo ao Sr. João Olímpio, Sra. Salma colocou que a área de vigilância sanitária não estava contemplada naquele conjunto de indicadores e que se tratava de uma área onde ainda havia muito a ser feito. Terminados os esclarecimentos, Dra. Maria do Carmo colocou a proposta de PPI-ECD em votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. O último ponto da pauta era a discussão sobre a situação financeira da Secretaria de Saúde. Dra. Maria do Carmo lembrou as discussões havidas no Conselho sobre o assunto, especialmente na reunião de fevereiro, onde foi demonstrado o grande aumento no valor de custeio da Secretaria provocado pela implantação do Programa Paidéia e as dificuldades oriundas desse aumento. Nesse sentido, conforme carta do Diretor do Fundo Municipal de Saúde distribuída aos conselheiros, colocou o que está havendo com as receitas da Prefeitura como um todo, reforçando que a situação da Secretaria não é isolada. Informou as medidas adotadas para diminuir as despesas da Secretaria e considerou que deve haver um aumento no orçamento para o próximo ano, mas que ainda assim o recurso não seria suficiente. Dando continuidade às medidas adotadas até aquele momento, apresentou a seguinte proposta de racionalização do consumo de medicamentos, solicitando aprovação dos conselheiros para os dois últimos itens: 1) Implantação imediata dos anti protocolos na rede básica de saúde, melhorando a qualidade da assistência prestada e desmedicando a população sempre que possível; 2) Implantação da Comissão de Farmácia e Terapêutica para rever a lista de medicamentos padronizados; 3) Capacitação dos auxiliares

que dispensam medicamentos na rotina de racionalização do uso desses produtos; 4) Reforço à diretriz da Conferência Municipal de Medicamentos, já implantada, de: "Cadastrar e atender a receita dos pacientes oriundos de outros municípios, segundo o protocolo, suficiente para o dia ou final de semana e encaminhar à cidade de origem"; 5) Quanto aos pacientes crônicos: priorizar o atendimento dos pacientes acompanhados pelas Unidades de Saúde, evitando que qualquer falha no abastecimento venha a interromper estes tratamentos. Os pacientes não vinculados às Unidades receberão os medicamentos na medida do possível, até o momento em que estiverem disponíveis; 6) O atendimento de medicamentos sintomáticos será feito a partir de uma cota estabelecida para os tratamentos, nos casos em que isto for possível. Sr. Xavier perguntou o número de medicamentos genéricos padronizados na rede municipal de saúde. Sr. Nélio solicitou esclarecimentos acerca da existência ou não de previsão para atendimento aos casos novos. Sr. Júnior levantou a questão da segurança, propondo fosse discutida a possibilidade de diminuição do contrato com a Gocil, sugerindo que fosse convidada a Secretária de Segurança Pública para reunião do Conselho. Outro ponto levantado por ele foi relativo ao aluguel de carros, uma vez considerar que a compra de veículos oneraria menos a Secretaria. Com relação à questão dos medicamentos, sugeriu, conforme proposta debatida na 1ª Conferência Nacional de Medicamentos, que a comissão de farmácia e terapêutica tivesse representação de usuários e que discutisse a capacitação para uso racional de medicamentos. Sugeriu também que, a longo prazo, fosse feita contratação de farmacêutico para as unidades e a médio e longo prazo de auxiliares de farmácia. Sr. João Olímpio, após fazer uma série de considerações acerca da situação, propôs a criação de uma Farmácia Popular, onde os medicamentos seriam vendidos a preço simbólico. Com relação à pergunta do Sr. Xavier, Dra. Maria do Carmo esclareceu que a compra de medicamentos era feita através de licitação por menor preço e que, portanto, a existência ou não de genéricos na lista depende da empresa vencedora do processo licitatório. Esclareceu também que existem indicadores que permitem fazer a previsão de novos casos e que a Secretaria pretende ter estoque suficiente para atender a totalidade deles dentro os SUS dependentes. Quanto ao caso da segurança e contrato com a Gocil, informou que já foi desencadeado processo de discussão e que a Secretaria de Segurança já tem o diagnóstico de todas as Unidades de Saúde, devendo ser elaborado um plano que será discutido junto com o Conselho. Já com relação à compra de veículos, colocou que não é possível nesse momento, pois além da aquisição é necessário prever sua manutenção, fazendo com que nem sempre o dispêndio de recursos seja menor. Posicionou-se favorável à meta de ter auxiliares e técnicos de farmácia na rede, bem como à melhor utilização dos farmacêuticos, mas considerou que hoje é necessário capacitar os auxiliares que estão entregando os medicamentos. Colocou para o Sr. João Olímpio que o governo tem priorizado a Saúde, alocando o maior percentual do orçamento nessa área, mas que infelizmente os recursos ainda são insuficientes. Com relação à proposta de Farmácia Popular, esclareceu que não foi feita essa opção pelo governo por entender que os medicamentos devem ser entregues de graça à população, além da necessidade de recursos para sua implantação. Terminados os esclarecimentos, colocou as propostas apresentadas em votação, tendo as mesmas sido aprovadas. Nada mais a ser tratado, encerrou a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

Página atualizada em Outubro / 2003